



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
Conselho Nacional de Previdência Social

# **ATA**

## **295ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -**

**Brasília/DF, 5 de maio de 2023**

## ATA DA 295ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

**DATA:** 5 de maio de 2023

**LOCAL:** MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

### PRESENCAS

<b>Representantes do Governo</b>	<b>Representantes dos Trabalhadores em Atividade</b>
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
SE/MPS – Wolney Queiroz Maciel	UGT – Natal Léo
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CUT – Ariovaldo de Camargo
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	CONTAG – Evandro José Morello
INSS – Glauco Andre Fonseca Wanburg	CTB – Rolando Medeiros
INSS – André Paulo Felix Fidélis	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	

<b>Representantes dos Aposentados e Pensionistas</b>	<b>Representantes dos Empregadores</b>
SINTAPI/CUT – José Tadeu Peixoto da Costa	CNI – Wilson Brueckheimer Junior
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Rafael Baldi da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNC – Helio Queiroz da Silva
	CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
	CNA – Carolina Carvalhais Vieira de Melo

<b>Palestrantes/Convidados</b>
SRGPS/MPS – Alexandre Zioli Fernandes

## 1 I – ABERTURA

2 Presidindo a mesa, o **Sr. Carlos Lupi** abriu a 295ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS),  
3 agradecendo a presença de todos(as). E comunicou que teria de se ausentar, no decorrer da reunião, em virtude de  
4 compromisso inadiável junto à Casa Civil, e que, se necessário, o Presidente Substituto, o Sr. Wolney Queiroz, coordenaria  
5 a reunião pelo tempo necessário.

## 6 II – ORDEM DO DIA

7 O **Sr. Presidente** deu conhecimento da pauta da reunião: I – Abertura; II – Ordem do Dia: 1) Grupo de Trabalho (GT) do  
8 Crédito Consignado: Informações sobre o andamento dos trabalhos e análise de propostas de resoluções sobre alterações  
9 da Instrução Normativa do INSS e sugestões ao Banco Central a respeito da divulgação das taxas de juros praticadas pelas  
10 Instituições Financeiras: Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social e  
11 André Paulo Felix Fidelis, Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão; 2) Apresentação sobre os impactos do  
12 salário mínimo na Previdência Social e da antecipação do abono anual aos benefícios do Regime Geral da Previdência  
13 Social (RGPS): Benedito Adalberto Brunca, Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social; 3)  
14 Apresentação do Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho - Exercício 2023 / Ano Base 2021: Alexandre Zioli,  
15 Coordenador-Geral do Seguro Acidente de Trabalho do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional; e  
16 III – Encerramento. Inicialmente, o **sr. Presidente** reconheceu a atuação do **Sr. Benedito Adalberto Brunca** junto ao  
17 Conselho ao longo de tantos anos e o parabenizou pela dedicação. Instando o primeiro item de pauta: GT do Crédito  
18 Consignado: Informações sobre o andamento dos trabalhos e análise de propostas de resoluções sobre alterações da  
19 Instrução Normativa do INSS e sugestões ao Banco Central a respeito da divulgação das taxas de juros praticadas pelas  
20 Instituições Financeiras (IFs), o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** discorreu que o referido GT realizou três reuniões, das quais  
21 foram coletados dados e algumas proposições que seriam submetidas ao Conselho. Esclareceu que, embora o GT estivesse  
22 realizando uma primeira entrega de resultados, os debates ainda não tinham se esgotado. Agradeceu a cooperação de  
23 todos(as) os integrantes do Grupo e apresentou duas minutas de resoluções para deliberação. Concedida a palavra, o **Sr.**  
24 **André Fidélis** explanou que o objetivo das minutas de resoluções era atender ao pleito do Ministro, no que se referia à  
25 acessibilidade e transparência das informações sobre as taxas de juros praticadas no setor financeiro. Relatou dificuldade  
26 na obtenção de tais informações, diante do formato existente naquele momento, que dependia da declaração dessas  
27 instituições. Reforçou que o acompanhamento dessas taxas era complexo e que, devido à forma de obtenção, não  
28 refletiam precisamente a realidade praticada. Demonstrou planilha com as taxas praticadas entre 20/03/2023 a  
29 30/03/2023, e planilha indicativa da quantidade de contratos, taxa média anual e taxa média mensal por Instituições  
30 Financeiras. Com a palavra, o Coordenador-Geral de Pagamentos de Benefícios, **Sr. Jucimar da Silva**, deu continuidade à  
31 apresentação e informou que a nova Instrução Normativa (IN) tinha por finalidade validar as taxas de juros dos contratos  
32 e reduzir as fraudes e reclamações. Discorreu sobre o cenário existente quanto às validações e inclusão de informações  
33 no e-Consignado. Explanou que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Dataprev, validava a taxa máxima,  
34 mas não exercia o controle da variação de taxas praticadas. Explicou que, embora as IFs já encaminhassem muitas

35 informações ao INSS, não havia ainda uma obrigatoriedade, quanto às informações relativas ao desconto do cartão e do  
36 empréstimo consignado. Comunicou que, a partir da nova IN, passariam a ser obrigatórias as seguintes informações: valor  
37 do Custo Efetivo Total (CET) anual; valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); taxa de juros anual; taxa de juros  
38 mensal; data de primeiro desconto; valor pago a título de dívida do cliente (portabilidade ou refinanciamento); valor do  
39 saldo remanescente da dívida (desconto de cartão), as quais teriam como objetivos: padronizar os campos informados nas  
40 operações; disponibilizar, no “Meu INSS”, as informações de taxa de juros mensal mínima e máxima praticadas pelas IFs  
41 para empréstimos e cartões; validar a taxa de juros mensal dos contratos com os insumos informados no momento da  
42 operação (averbação, portabilidade e refinanciamento) e extração de relatórios diários, ainda, validar a taxa de juros  
43 mensal, a partir das taxas máximas e mínimas aplicadas pelas instituições. De posse da palavra, o **Sr. Alan do Nascimento**  
44 explicou sobre os insumos para o cálculo das taxas de juros e do Custo Efetivo Final (CEF), e como seria calculado o  
45 algoritmo para validar a taxa de juros mensal. Destacou que, a partir da implementação da nova IN, o INSS obterá as  
46 informações de cada operação, viabilizando o acompanhamento do comportamento da taxa por várias dimensões,  
47 possibilitando a visualização de qual seria a melhor taxa a ser aplicada ao beneficiário. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca**  
48 registrou que foi disponibilizado aos(as) conselheiros(as) minuta de resolução sobre alterações na Instrução Normativa  
49 PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro de 2022, à luz dos pontos debatidos e propostos no GT, determinando às IFs a  
50 disponibilização ao INSS e Dataprev, das seguintes informações: taxas de juros mensais e anuais; data do primeiro  
51 desconto; Custo Efetivo Total (CET); valor pago a título de dívida do cliente; valor do IOF; informação diária da taxa de  
52 juros ofertada para novas operações de empréstimos pessoal e consignado, cartão de crédito consignado e cartão  
53 consignado de benefício; número de serviço de atendimento ao consumidor e outras informações que o INSS, por ato  
54 complementar, eventualmente entender necessário para a operacionalização. Acrescentou que a minuta ainda  
55 recomendava ao INSS que fosse realizado um processo de validação; a disponibilização, no aplicativo “Meu INSS”, das  
56 informações previstas nas alíneas “f” e “g” do inciso I, do art. 1º; o estabelecimento de prazo para implementação;  
57 aplicação de penalidades às IFs que deixarem de encaminhar, no prazo estabelecido, a documentação contratual e as  
58 informações previstas; e a revogação do inciso VIII, do art. 6º, que vedava operações na transferência ou contratação entre  
59 Estados. Discorreu que também foi disponibilizado aos(as) conselheiros(as) minuta de resolução que recomendaria ao  
60 Banco Central do Brasil (BACEN): a divulgação e em sua página na *internet*, das taxas médias mensais ponderadas e do  
61 nível de dispersão das taxas de juros mensais efetivas apuradas em operações individuais praticadas pelas IFs na concessão  
62 do crédito consignado, de forma a facilitar a análise de melhores taxas disponíveis no mercado (variação da taxa); e a  
63 avaliação da possibilidade de redução do fator de ponderação de risco de 50% para 20%, em razão do baixo percentual de  
64 risco observado nas operações realizadas pelo sistema de crédito consignado operado pelo INSS. Finalizada a exposição,  
65 o **Sr. Presidente**, previamente à abertura de espaço para as manifestações, solicitou ao Conselheiro Paulo Roberto dos  
66 Santos Pinto que realizasse uma explanação sobre o último item da minuta de resolução com recomendação ao BACEN.  
67 Com a palavra, o **Sr. Paulo Roberto dos Santos** relatou que foi bastante debatida nas últimas reuniões do CNPS, a  
68 dificuldade em se reduzir a taxa do empréstimo consignado devido ao custo dos bancos para realizar a operação e  
69 explanou que, na composição do custo da operação de crédito, havia a alocação de capital decorrente do Acordo de

70 Basileia. Assim, sugeriu, que fosse solicitada ao BACEN a alteração da Circular nº 3809, reduzindo de 50% para 20%, a  
71 necessidade de alocação de capital nessas operações, considerando que a operacionalização de consignados tinham  
72 menos de 1% de inadimplência. Destacou que, caso o pedido fosse atendido, reduzir-se-ia o custo para os bancos e,  
73 consequentemente, o custo para os aposentados. Aberto o espaço às manifestações, o **Sr. Natal Léo** parabenizou o Sr.  
74 **Benedito Adalberto Brunca** pela coordenação do GT e o **Sr. Bartolomeu de França** sugeriu que se retirasse o IOF dessas  
75 operações, mesmo que se tratasse de um valor ínfimo, e também a taxa administrativa da Dataprev. Com a palavra, o **Sr.**  
76 **Presidente** solicitou que as sugestões apresentadas fossem previamente analisadas pelo GT, para análise de impactos. O  
77 **Sr. Rafael Baldi** pontuou que corroborava com a necessidade de mais transparência. Contudo, ponderou que seria  
78 necessário avaliar o tempo de implementação das medidas propostas nas minutas de resoluções. O **Sr. Presidente**  
79 coadunou-se ao Conselheiro Rafael Baldi e solicitou que as áreas operacionais do INSS e da Secretaria do Regime Geral de  
80 Previdência Social do Ministério da Previdência Social (SRGPS/MPS) analisassem a possibilidade de se estabelecer tais  
81 prazos. O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** esclareceu que o inciso IV do art. 1º da 1ª minuta de resolução determinava ao  
82 INSS o estabelecimento de prazo para implementação das medidas. De posse da palavra, o **Sr. Helio Queiroz** parabenizou  
83 o Ministro, em nome do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), pelo  
84 trabalho de excelência promovido no MPS. Na sequência, o **Sr. Presidente** submeteu as minutas de resoluções  
85 apresentadas à apreciação do CNPS, as quais foram aprovadas à unanimidade. Finalizado o primeiro item da pauta, instou-  
86 se o segundo: Apresentação sobre os impactos do salário mínimo na Previdência Social e da antecipação do abono anual  
87 aos benefícios do RGPS. De posse da palavra, o **Sr. Presidente** informou que se encontrava em vias de assinatura pelo  
88 Presidente Lula, ato normativo prevendo a antecipação do abono anual dos benefícios do RGPS. Registrou que o INSS  
89 estava dedicando-se a responder mensalmente todos os primeiros pedidos no prazo de 30 dias, pretendendo a diminuição  
90 da fila já existente. Destacou o esforço para manter o bônus na realização de contratuos e no trabalho remoto, além da  
91 meta de que todos os processos fossem analisados no prazo máximo de 45 dias, até o mês de dezembro/2023. Comunicou  
92 que os mil aprovados no concurso público já passaram por todas as etapas e que seriam convocados mais 250, até o final  
93 de 2023, e que solicitaria ao Presidente da República a convocação de outros mil aprovados para recuperar a mão de obra  
94 do INSS. Comentou que estava em análise a edição de uma portaria para permitir a dispensa de perícia àqueles que  
95 comprovadamente não pudessem se deslocar a uma Agência do INSS. Ressaltou que a fila já estava diminuindo  
96 gradualmente e discorreu que havia uma expectativa de maior diminuição da fila com a entrada dos novos servidores, a  
97 partir do mês de maio, bem como aduziu que, a partir de 2024, seriam introduzidos novos sistemas, como a expedição de  
98 lembretes de perícia por *WhatsApp* e AtestMED (já utilizado pelo Ministério da Saúde). Com a palavra, o **Sr. Evandro**  
99 **Morello** registrou a importância desse informe e sugeriu que o INSS apresentasse, ao menos bimestralmente, um  
100 diagnóstico da evolução da implantação dessas medidas de enfrentamento à fila. O **Sr. Presidente** explanou que,  
101 primeiramente, estavam organizando informações com a finalidade de se conceder transparência ao cidadão quanto às  
102 filas do INSS. Solicitou um pouco mais de tempo para apresentar o diagnóstico solicitado, visto que pretendia-se organizar  
103 as filas pela identificação de setores, como a fila da perícia médica, a fila do salário-maternidade e outras. O **Sr. Evandro**  
104 **Morello** expressou sua compreensão e ponderou que, de fato, apenas a contratação dos novos servidores não seria

105 suficiente para responder às necessidades da população e questionou se seria possível, por exemplo, a contratação  
106 temporária dos servidores que recentemente teriam se aposentado. O **Sr. Helio Queiroz** comentou que a transparência  
107 da fila do INSS seria algo revolucionário e que traria uma imagem positiva para a Previdência. Propôs que fosse  
108 implementada a telemedicina no INSS e a celebração de convênios com instituições afins do INSS, a exemplo das  
109 Confederações e a própria CUT, para implantar Postos de Atendimento Previdenciários (PAPs), com o uso do sistema do  
110 INSS. O **Sr. Presidente** esclareceu que a questão da teleperícia estava avançando na Secretaria do Regime Geral da  
111 Previdência Social (SRGPS/MPS), embora encontrassem muita resistência da parte dos peritos médicos. Informou que se  
112 pretendia a implantação gradual, iniciando-se nos locais de difícil acesso e com os casos mais graves. De posse da palavra,  
113 o **Sr. Rolando Medeiros** observou que a contratação de dois mil novos servidores para o INSS ainda seria insuficiente  
114 diante da realidade da fila e defendeu a realização concurso público, considerando que, em outras ocasiões, se investiu  
115 em mecanismos de bonificação que, contudo, implicaram na elevação da quantidade de afastamento de servidores por  
116 questões de saúde relacionadas à sobrecarga de trabalho. Ponderou que não desconsiderava a necessidade de  
117 implementação de outros mecanismos que suplementassem a mão de obra dos servidores, desde que não os substituísse,  
118 dada a relevância de sua atividade, e considerando que há cerca de 30 milhões de brasileiros ainda sem acesso à internet.  
119 Registrou que, em sua opinião, o CNPS deveria debater a questão do concurso público e elaborar uma resolução para  
120 municiar o Ministro junto ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e à Presidência da República sobre a  
121 real necessidade de contratar mais servidores para atendimento da demanda. Retomando o segundo item da pauta, sobre  
122 os impactos do salário mínimo para a Previdência Social e a antecipação do 13º (décimo terceiro) salário, o **Sr. Presidente**  
123 concedeu a palavra ao **Sr. Adroaldo Portal**, que informou que a SRGPS/MPS realizou estudos sobre a questão e os  
124 encaminhou ao Ministério da Fazenda. Explanou sobre a pressão para que fosse publicado, ainda na semana anterior,  
125 decreto presidencial com a previsão da antecipação do 13º salário na folha de pagamento e que, porém, por não haver  
126 tempo hábil, a Casa Civil informou que o Presidente Lula assinaria o decreto naquele dia. De posse da palavra, o **Sr.**  
127 **Benedito Adalberto Brunca** apresentou os impactos da alteração do salário-mínimo para a Previdência Social e a  
128 antecipação do abono anual aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Discorreu que a Medida  
129 Provisória nº 1.172, de 1º de maio de 2023, estabeleceu que o salário mínimo teria o valor de R\$ 1.320,00, a partir de 1º  
130 de maio de 2023, e que o valor anterior, definido pela Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, era de R\$  
131 1.302,00, vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Explanou que o aumento representava ganho real adicional de 2,28%,  
132 considerando a expectativa de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), no mês de abril,  
133 segundo o Boletim Focus/BACEN de 20/04. Comentou que esse reajuste tem impacto nas despesas do Regime Geral de  
134 Previdência Social, o qual foi estimado em R\$ 3.297.732.899,00, para 2023, R\$ 4.818.170.972,00, para 2024 e R\$  
135 4.896.707.159,00, para 2025, totalizando R\$ 13.012.611.030,00. Com relação ao abono anual dos beneficiários do INSS,  
136 explanou que o pagamento do abono anual de 2023 seria realizado em duas parcelas, que seriam pagas nas folhas de maio  
137 e junho e que essa antecipação implicaria em uma transferência para os beneficiários do INSS de R\$ 62.689.193.214,00,  
138 ao longo de três meses, sendo R\$ 6.444.184.496,00, no mês de maio/2023, R\$ 31.344.596.607,00, no mês de junho/2023,  
139 e R\$ 24.900.412.111,00, no mês de julho, trazendo um impacto na economia de aproximadamente 63 bilhões de reais. O

140 **Sr. Presidente** salientou que esses valores evidenciavam o caráter social da previdência, que contribuía com a economia  
141 na distribuição de renda e na injeção de valores. Na sequência, abriu-se espaço para manifestações. O **Sr. José Tadeu**  
142 **Peixoto** comentou sobre a existência, nas décadas de 1980 e 1990, de programas importantes que deveriam ser  
143 retomados, como a celebração de convênios do INSS com instituições, permitindo que um representante levasse a  
144 documentação de seus empregados à agência e a concessão de atendimento prioritário a esses. Citou, ainda, o Centro de  
145 Reabilitação Profissional, que possibilitava ao segurado acidentado a sua recolocação junto ao empregador ou em outra  
146 instituição adequada. Observou que a maioria da população brasileira era “analfabeta” na área de informática e que,  
147 diante desse fato, não se poderia negar atendimento presencial a esses segurados. Discorreu, também, que se deveria  
148 capacitar o servidor atuante na concessão de benefícios, inclusive em decorrência da grande responsabilidade que recai  
149 sobre esse. O **Presidente Substituto, Sr. Wolney Queiróz**, concedeu a palavra ao **Sr. André Fidélis**, para manifestação,  
150 especialmente quanto aos Centros de Reabilitação Profissional, o qual, por sua vez, pontuou que o modelo de atendimento  
151 do INSS mudou completamente em meados de 2004, quando as filas ainda eram externas e passou-se a realizar  
152 atendimento por prévio agendamento. Destacou que, a maior das pessoas que comparecem às agências pretende a  
153 realização de perícias ou mera orientação. Ponderou que não se necessitava de servidores para as agências e, sim, para as  
154 análises dos processos. Informou que foram realizadas algumas iniciativas, dentre as quais, a Portaria nº 1.111, que  
155 obrigou os gestores da área de atendimento e de benefícios a realizar pelo menos um processo por dia, o que elevou a  
156 produtividade sem o pagamento de bônus. Quanto aos Centros de Reabilitação Profissional, arrazoou que também houve  
157 alterações no modelo, quando antigamente vários profissionais ficavam nesses Centros para tentar reabilitar o segurado,  
158 e que, atualmente, o segurado procura o Sistema “S”. O **Sr. Natal Léo** informou que foi Diretor da Telecomunicações de  
159 São Paulo (TELESP), que desenvolvia o Projeto Triângulo, preparando toda a documentação dos funcionários para o INSS,  
160 e que a proficuidade do projeto era total, e reiterou a sugestão de que as empresas pudessem auxiliar dessa forma  
161 novamente. Com a palavra, o **Sr. Adroaldo Portal** explanou que a atual gestão entendia que o atendimento presencial nas  
162 agências era importante e deveria ocorrer em todas as agências do país em sua plenitude e salientou que a prioridade  
163 definida pelo Governo, diante do momento emergencial apresentado, seria o enfrentamento da fila. Não obstante,  
164 esclareceu que havia a expectativa de se disponibilizar, futuramente, servidores das agências para melhor atendimento  
165 aos segurados, após a gradativa recomposição do seu quadro de servidores e o enfrentamento da fila. O **Sr. Ariovaldo de**  
166 **Camargo** pontuou que não poderiam trabalhar com a possibilidade de que o bônus para os servidores do INSS fosse algo  
167 perene e sugeriu que fosse realizado um estudo sobre a demanda e o quadro real para reposição de servidores,  
168 considerando que, a princípio, não haveria mais a necessidade de tantos servidores em atendimento físico, já que o  
169 aplicativo Meu INSS resolveria boa parte dessas questões. O **Presidente Substituto** ponderou que havia a percepção de  
170 que as maiores demandas nas agências eram por informações quanto à operacionalização do aplicativo, o que, por si só,  
171 não determinava a disponibilização de um servidor do INSS, tornando possível, por exemplo, a terceirização da atividade,  
172 inclusive mediante a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com os Municípios para ajudar nesses  
173 atendimentos. Todavia, concordou que deveriam buscar identificar qual seria o número de servidores suficiente para  
174 atendimento da demanda. O **Sr. André Fidélis** informou que, em 2004, havia uma fila de 2,5 milhões de processos e

existiam 42 mil servidores; e atualmente havia uma fila de 1,8 milhão de processos e cerca de 17 mil servidores. Discorreu que foi trabalhada a gestão por processo, simplificando as rotinas por meio da automatização e comunicou que o nível de indeferimento do atendimento automático era cerca de 62%. De posse da palavra, o **Sr. Evandro Morello** afirmou que toda base tecnológica era fundamental e deveria ser utilizada, mas observou que eram enfrentadas muitas dificuldades no sistema de atendimento do INSS. Pontuou que a questão da tecnologia precisava ser discutida. Nesse sentido, o **Sr. Presidente Substituto** sugeriu convidar o Presidente da Dataprev para a próxima reunião do CNPS. O **Sr. Rolando Medeiros** reiterou que o número ideal de servidores do INSS fosse estudado no Conselho, de modo a se evidenciar um indicativo mais forte para a argumentação que deveria ser feita à Presidência da República. Relatou que a quantidade de servidores existente e a quantidade de novos concursados não conseguiria diminuir o quantitativo de benefícios represados. Registrou que a experiência de mutirões realizados no governo anterior não auxiliou na diminuição da fila e finalizou ponderando que apenas a tecnologia no atendimento não seria suficiente, sendo necessária a existência de mais servidores. Concluído o tema, passou-se ao terceiro ponto de pauta: Apresentação do Anuário Estatístico de Acidente do Trabalho (AEAT) Exercício 2023 / Ano Base 2021. O **Sr. Alexandre Zioli** agradeceu pela oportunidade e informou que os dados já estavam disponíveis para a população, desde o final de 2022. Explicou o que seria o anuário, e arrazoou que ele coletaria informações de acidente de trabalho de forma qualificada e detalhada, agrupando a informação por sexo, faixa etária, atividade econômica, Classificação Internacional de Doenças (CID), região de ocorrência e as consequências. Em seguida, explanou sobre os conceitos básicos de acidente de trabalho e demonstrou tabela com as estatísticas de acidente de trabalho no período de 2011 a 2021, com e sem Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) emitida, a partir da qual se pôde perceber que houve uma queda de 184 mil casos de acidentes do trabalho; 79 mil acidentes com CAT; 105 mil sem CAT; e a elevação de acidentes por doença do trabalho, em 2020, de 234,6%, e em 2021, de 92,8%, em relação ao ano de 2019. Demonstrou gráficos com a quantidade de acidentes de trabalhado por situação da CAT; quantidade total de acidentes em razão do número médio de empregados; e proporção de acidentes de trabalho com CAT registrada, segundo o tipo do acidente. Apresentou tabela com as estatísticas de acidentes de trabalho por Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), das 10 maiores ocorrências em 2021, e destacou que as atividades de atendimento hospitalar corresponderam a 11,7% do total de acidentes em 2021, sendo 12,9% dentre os com CAT registrada, e que as 10 atividades com maior número de casos corresponderam a 30% do total de acidentes em 2021. Expôs os comparativos de acidentes e de doenças de trabalho por sexo entre 2019 a 2021, que demonstraram que a ocorrência de acidentes do trabalho entre as mulheres é inferior à dos homens, tanto em termos absolutos quanto relativos; que os valores estavam em queda, quando comparados ao ano de 2019, anterior à pandemia; que apesar do total de acidentes do trabalho entre as mulheres ser inferior ao dos homens, em 2020 e 2021, os acidentes por motivo de doença por trabalho foram predominantemente femininos, devido ao fato das atividades hospitalares terem maior participação das mulheres. Com relação às estatísticas de acidentes do trabalho entre 2019 e 2021, comentou que a assistência médica se encontrava estável; que os afastamentos com até 15 dias eram a maioria e que a incapacidade permanente e os óbitos possuíam baixa representatividade. Já quanto às consequências, registrou que houve um aumento percentual em todos os casos comparados. Ato contínuo, apresentou os indicadores de acidentes do trabalho entre 2017 e 2021, que permitia a



relativização dos acidentes pela população em risco ou verificar as taxas de mortalidade dos acidentes. Observou que houve queda nos acidentes do trabalho, aumento expressivo da incidência de doenças ocupacionais em 2020, queda nos acidentes típicos e na incapacidade temporária, devido ao trabalho remoto, aumento da taxa de mortalidade e de letalidade e estabilidade nos acidentes para a faixa de 16 a 34 anos. Por fim, explicou como era realizado o acesso aos dados do AEAT, disponíveis no Portal de Saúde e Segurança do Trabalhador. Abrindo as manifestações, o **Sr. Helio Queiroz** parabenizou pelo trabalho apresentado e registrou que ele teria um grande impacto no setor que representava, que é o de Comércio, Bens e Serviços. Solicitou que fosse agendada reunião com o Sr. Alexandre Zioli para apresentação desses impactos e que, se possível fosse, o Ministro transformasse o tema em agenda de trabalho, visando à diminuição do número de mortes. Informou que foi realizado um estudo que demonstrou que, de 2012 a 2023, houve 6,9 milhões de acidentes de trabalho, 26 mil mortes, 471 milhões de dias de trabalho perdidos, R\$ 140 bilhões de gastos do INSS por afastamento e 3 milhões de notificações de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Discorreu que o estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostrou que os acidentes de trabalho poderiam ser reduzidos em 96%, o que sinalizava a importância do tema. O **Sr. Alexandre Zioli** afirmou que o Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional estava aberto para definir uma agenda para apresentar o estudo. O **Presidente Substituto** destacou a importância na conscientização sobre acidentes de trabalho, especialmente em razão do custo envolvido. O **Sr. Bartolomeu de França** observou que os números apresentados não refletiam a realidade, tendo em vista que não foram considerados os trabalhadores informais e terceirizados e, nesse sentido, sugeriu que fosse realizada uma parceria com os empresários e sindicatos. Por fim, enfatizou que a composição do Conselho deveria prever representantes do Ministério do Trabalho e Emprego. O **Sr. Obede Teodoro** questionou se seria uma competência do CNPS as Normas Regulamentadoras (NRs), que devem ser cumpridas pelas empresas em casos de acidente de trabalho. O **Sr. Rolando Medeiros** relatou que, recorrentemente, o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro (SINDSPREV) recebia notificações de benefícios concedidos por acidente de trabalho, a partir de mera autodeclaração dos empregados aos médicos peritos, que estavam atestando a situação simplesmente com base nesses documentos. Com a palavra, o **Sr. Wilson Brueckheimer** parabenizou pela apresentação, que trouxe um aspecto importante na análise dos dados dos dois últimos anos, que foram atípicos, e destacou o processo de revisão das NRs nos últimos anos, especialmente, os novos conceitos de gerenciamento de riscos ocupacionais da NR-1, que demandavam uma evolução das empresas para buscar a implementação de ambientes mais seguros. O **Sr. Odair Bortoloso** questionou quantas pessoas faleceram em 2021 por acidente de trabalho e se haveria mais acidentes no comércio do que na indústria. Em resposta, o **Sr. Alexandre Zioli** esclareceu que cerca de 2.700 pessoas faleceram em 2021 e que foi apresentada a quantidade absoluta de acidentes do trabalho por setor de atividade econômica. Continuando sua manifestação, o **Sr. Odair Bortoloso** pontuou que não eram realizadas as notificações de acidentes em relação aos temporários, o que causaria a subnotificação desses acidentes. De posse da palavra, o **Sr. Alexandre Zioli** comentou que eram publicados os acidentes de trabalho que ocorriam entre os empregados cobertos pelo Seguro Acidente de Trabalho. Explicou que, no caso dos trabalhadores autônomos que contribuíam com a Previdência, embora não entrassem nessa estatística, no caso de afastamento por mais de 15 dias, esses receberiam o benefício de igual maneira. Pontuou que a

245 situação mais grave estava relacionada àqueles trabalhadores sem contrato de trabalho ou autônomos, que não recolham  
246 a previdência e que, ao sofrer um acidente de trabalho, ficavam desamparados. Relatou que, em sua opinião, poderiam  
247 discutir a possibilidade de pagamento de parcela de seguro de trabalho para os trabalhadores autônomos que  
248 contribuísem para a Previdência Social. E, por fim, com relação à participação do Ministério nas NRs, esclareceu que o  
249 MPS participava ativamente.

250 **III – ENCERRAMENTO**

251 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente Substituto** deu por encerrada a 295ª Reunião  
252 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), lembrando que seria realizado convite ao Presidente da  
253 Dataprev para participar da próxima reunião. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente Ata  
254 que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.